

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA, REALIDADES E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ITABERABA – BAHIA.<sup>1</sup>

Ariosvaldo Novais Santiago<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O processo de inclusão impôs à sociedade postura de aceitação dos grupos minoritários e instrumentos legais como punição de atitudes segregativas. Muitos alunos são colocados nas escolas com um discurso de inclusão sendo que estes alunos sequer tinham acesso à educação formal, pois ela fora criada para atender à classe hegemônica (GOES & LAPLANE 2007).

A Constituição federal de 1988 reserva vários dispositivos que visam garantir os direitos de cidadão às pessoas portadoras de deficiência destaque-se o artigo 208, inciso III por estabelecer o direito ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, esse dispositivo tem conferido legalidade constitucional aos discursos que enfatizam o ensino regular como a melhor opção escolar para essa (Brasil, 1988).

O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que dispõe sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, estabelece a “discriminação por motivo de deficiência”: [...] qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro (BRASIL, 2009, s/p).

No que se refere à escola:

[...] como espaço de formação do indivíduo, tem a responsabilidade social de formar agentes sociais e cidadãos plenos. Como visto, ela tem importante influência na sociedade, dado que lida com diversas concepções sociais e culturais,

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é um recorte do projeto: A educação de portadores de necessidades educacionais especiais numa perspectiva educacional inclusiva: realidades e desafios na educação básica do município de Itaberaba – Bahia., do curso de Pedagogia do Departamento de Educação Campus XIII.

<sup>2</sup> Doutor em Educação, Professor adjunto do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, asantiago@uneb.br.

além de conhecimentos acadêmicos, podendo apenas repetir cegamente um status quo exclusivo ou resignificar as relações interpessoais e a forma com que as pessoas se percebem no mundo. Empenhada na transformação individual e social, a escola deve abrir espaço para o desenvolvimento de habilidades e competências que permitam aos indivíduos o auto reconhecimento e o reconhecimento do outro como igual. Para tanto, cabe às instituições de ensino corroborar o desenvolvimento físico e mental dos discentes em prol de um desenvolvimento pleno do indivíduo. (FERREIRA E APARECIDA, 2021).

O desenvolvimento profissional docente durante os cinco primeiros anos do exercício profissional são de suma importância, de acordo com pesquisas anteriores, nesses primeiros anos ocorre a construção dos pilares sobre os quais irão ser contruídas as ações do futuro profissional, portanto reveste-se de grande significância o acompanhamento e a formação diferenciada para esses professores (IMBERNÓN, 1998; MARCELO, 1999).

De acordo com a legislação tanto da esfera federal, estadual e municipal, a escola, apresenta responsabilidades na inclusão das diversidades humanas. Para tanto surge a necessidade de que espaço físico seja acessível, seguro e que possibilite a estadia e mobilidade para os alunos que apresentam deficiências de quaisquer natureza para que estas se desenvolvam sem qualquer forma de preconceito. (SANTIAGO, 2019)

Os professores que se encontram na etapa inicial da docencia entendem a priori que o processo de inclusão escolar como um avanço frente à legislação, entretanto percebem que aquilo que ocorre na prática destoia da realidade esperada, são grandes os desafios enfrentados no processo ensino e aprendizagem envolvendo nove professores da educação fundamental.. Obstáculos como “limitações da formação inicial e continuada, ausência de apoio pedagógico e adaptação de atividades a partir das deficiências das crianças”. (DA SILVA GOMES, DO PRADO, 2021, p.128-144).

Com base nesta problemática, o presente estudo foi conduzido no intuito de melhor compreender segundo as políticas públicas em vigor, como as escolas públicas do município de Itaberaba têm se preparado para o processo de inclusão dos alunos com deficiência e a forma como ocorre adequação do espaço físico, formação continuada dos professores envolvidos no processo. O estudo foi conduzido em três escolas da Rede Municipal

## METODOLOGIA

Na busca por estabelecer uma metodologia melhor adequada para o presente estudo foi necessária a análise prévia dos objetivos, o que permitiu optar por uma estratégia de coleta e

análise de dados que efetivamente possa trazer respostas às questões previamente elaboradas.

Foi utilizada a abordagem qualitativa com estudo de caso envolvendo observação participante e análise de conteúdo, para investigar a problemática envolvida no processo de inclusão e permanência do aluno deficiente no ensino regular, a estruturação da escola e formação continuada de professores. Segundo Polit et al (2004) a investigação científica qualitativa permite compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos enquanto analisa as informações narradas de forma organizada, mas intuitiva. O emprego do estudo de caso se explica por termos como foco uma escola e a pretensão foi de acompanhar o desenrolar do processo e as relações envolvidas o que tornou possível investigar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, (ALMEIDA & FREIRE, 2010: 26) (TRIVIÑOS, 2006), (GIL, 2009), (YIN, 2015), (YIN, 2010: 39). Neste sentido e em decorrência da situação de pandemia, foi distribuído um formulário de entrevista semiestruturada on-line, pelo *Google docs*, para 12 professores em três escolas do município e após o recebimento e análises das respostas por ocorrerem algumas inconsistências no conjunto das respostas foram feitos contatos via “watts app” onde as questões ficaram mais bem esclarecidas. Apenas nove professoras responderam às entrevistas e após agruparmos das respostas conforme similaridades ficaram três grupos que denominamos de P1, P2 e P3. Afonso (2005: 70), considera que este processo de recolha de dados centra-se na natureza do objeto, estudando o que é particular, específico e único.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

a) Questionou-se sobre quais as suas preocupações quando assume uma classe onde participam alunos com deficiência? a professora P1 respondeu que tem muito medo de não dar conta das muitas necessidades na aprendizagem dessas crianças porque “é publico e notório que nós temos dificuldades pra lidar com a aprendizagem mesmo para dar conta daqueles que não tem deficiência, e uma criança com deficiência gera muita preocupação e ansiedade”. A professora P2 respondeu que sua preocupação é não saber como atender às necessidades e trabalhar com os deficientes, pois uma sala de aula com muitos alunos com diferentes deficiências requer maiores conhecimentos para realizar um trabalho de qualidade. A professora P3 colocou que já está em sala com deficiente por três anos e ainda tenho insegurança, pois não estou preparada para lidar com as muitas deficiências que surgem a cada ano. ...”Eu já me aprimorei para conviver com os deficientes e ditos normais na mesma

sala de aula, porém o problema é a aprendizagem, pois quando temos apoio como interpretes de libras e braile fica mais fácil mais os outros casos eu não sei como lidar”.

De acordo com a Política de Educação Especial no Brasil, definem-se alunos da educação especial aqueles com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento (BRASIL, 2020). Ocorre, portanto a obrigatoriedade da inclusão destes alunos nas escolas regulares, porém esta condição por si só não oferece garantia do trabalho docente para que o processo de inclusão ocorra na plenitude.

De acordo com Oliva (2016, p. 492), o desempenho escolar dos alunos deficientes é dificultado pelos impedimentos no processo de aprendizagem e participação, é de suma importância o papel dos professores no sentido de trabalhar o planejamento curricular adequado, a interação entre os alunos, a cooperação entre todos e o processo de avaliação portanto é indispensável uma sólida formação inicial e continuada seguido da estrutura escolar e investimento contínuo no processo educacional.

b) Foi perguntado, Na sua experiência profissional, o que você tem observado hoje sobre a realidade da inclusão escolar? A professora P1 respondeu:

Discordo completamente da forma como é feita porque não ocorre uma avaliação prévia para saber se a criança tem condição de estar na turma regular não avalia o perfil e a formação do profissional, que é obrigado a aceitar os alunos não tendo escolha, eu não concordo com esse modelo tanto que durante a minha vida profissional só busquei formação na área quando vi a necessidade da pratica por opção eu não iria não pela realidade da deficiência mais pela forma como o sistema impõe para nós. Não assim, a exemplo uma experiência que eu tive com uma criança paralisada cerebralmente que eu via que determinados conteúdos que eu era obrigada a adaptar jamais ela iria usar na sua vida pratica ela ia sempre ter alguém do lado pra estar auxiliando, a situação dela é irreversível, então tem situações que é possível ser conduzida e tem outras que não é possível e o sistema não está observando isso, não sei se é por falta de interpretação, falta de conhecimento eu não sei o que ocorre agora realmente tem crianças que não tem condições de estar no nosso espaço até pela limitação física mesmo e principalmente a falta de formação nossa e da estrutura da própria escola e tudo mais.

A professora P2. Afirmou que:

É uma proposta boa, atualmente os alunos chegam à classe acompanhada das informações sobre cada tipo de deficiência que possuem e já começamos os trabalhos sabendo sobre cada deficiência, pois antes não sabíamos e tínhamos alunos com problemas que nem sabíamos do que se tratava o que sentimos muita falta é da nossa preparação para lidar com cada um deles e termos um espaço adequado para trabalhar.

A professora P3. Afirmou: “Eu observo que o sistema de ensino atual foi obrigado a aceitar os alunos com dificuldades, porém não apresenta condições adequadas para a educação dos mesmos. Falta muita coisa ainda”.

A educação no Brasil desde a implantação do regime republicano em 1889 é um direito de todos, entretanto, as propostas e práticas educativas no país são muito contraditórias no que diz respeito à inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais nos espaços das escolas públicas brasileiras tanto em nome da integração quanto em nome da inclusão (FERREIRA 2005).

Observa-se que os professores que vão atuar na inclusão de alunos deficientes devem estar preparados para cada situação possível, pois estes profissionais são responsáveis por ofertar as condições para a permanência destes alunos no ensino regular. Para tanto, “é necessário que os cursos de formação de professores promovam a articulação dos conhecimentos, fundamentos e práticas que preparem o futuro professor para lidar com a heterogeneidade da sala de aula regular” (ADAMS, 2020, p. 18).

c) Foi perguntado se a escola foi adequada para atender às necessidades emergentes do processo de inclusão de deficientes e a professora P1 respondeu:

Não foi e não está adequada em vários aspectos, inicia pela não formação dos profissionais, a aptidão, a sensibilização desses profissionais, o espaço físico e não temos ainda um currículo adaptado para as condições emergentes do processo, o professor não tem como planejar suas ações e na sala de aula tem que adaptar suas práticas, como por exemplo, eu pra avaliar a minha aluna surda sigo os mesmos critérios que são utilizados por aqueles ditos normais então, dessa forma a escola não está preparada em situação nenhuma tem se discutido muito tem se buscado, mais preparo não tem não.

A professora P2 respondeu:

Dependendo da deficiência acredito que sim, é porque tem deficiência que é mais agressiva ocorrendo alunos que não acompanha a aprendizagem, não consegue desenvolver a aprendizagem escolar eu acho que a escola não esta preparada para esse tipo de deficiente e ainda vai ter que se preparar adequadamente tendo que ter um ambiente preparado para essas crianças com este tipo de deficiência.

A professora P3 respondeu que:

Não, porque a escola é o lugar propício para o uso e desenvolvimento da linguagem e é necessário que o aluno encontre possibilidades no conteúdo e no contexto escolar que sejam promovidos treinamentos de forma que os professores possam ficar preparados para lidar com as deficiências sendo atualizados com

aquelas dificuldades que vamos trabalhar, pois o que se tem é a mesmice de sempre todo ano a mesma coisa não muda nada ninguém toma um treinamento nada e ficamos despreparados.

A lei 13.146/2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência no seu artigo 28 atribui a responsabilidade ao poder público sobre a acessibilidade de alunos com deficiência, ao ambiente escolar. (SANTOS W, 2016).

“Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;[...]” (BRASIL, 2015).

Observa-se que de acordo com o que ouvimos das professoras e naquilo que verificamos nas observações sugere compreender que os gestores municipais e estaduais assim como o corpo de diretores e coordenadores desconhecem a referida lei, pois não prepararam o espaço físico, não reciclam adequadamente os professores, não reformulam o currículo considerando o amparo legal e não incluem os alunos de forma adequada o que pode comprometer a tranquilidade dos alunos e professores consequentemente o processo de aprendizagem.

d) Foi perguntado quais melhorias você acha que deve ser incrementada na escola para melhor atender aos alunos deficientes? A professora P1 respondeu:

Necessitamos de melhorias na estrutura escolar para atender a todos desde o espaço físico, pois na estrutura atual não temos um laboratório de informática, uma biblioteca adequada, uma área recreativa, material apropriado para atender a todos, falta o apoio dos familiares, e estes recursos devem ser para todos, pois sabemos que atualmente a escola sequer atende às necessidades dos ditos “normais”, não adianta mascarar essas realidades pois os dados estão aí pra todo mundo ver, os alunos estão chegando no ensino médio sem saber ler e escrever e isto é grave não é verdade?

A professora P2 respondeu que “é necessário criar um ambiente que acolha todo tipo de deficiência, temos atualmente um aluno na sala em condições precárias, necessitaria de uma condição adaptada para sua deficiência e não temos”.

A professora P3 respondeu: “Não somos preparados para a comunicação com deficientes principalmente cegos e surdos não foram feitas adaptações do material e do ambiente físico, se chegar uma criança cadeirante, não terá mobilidade, pois o espaço não permite”.

As escolas não se prepararam para atender às necessidades de todos os deficientes o que implica na falta de acessibilidade necessitando muitas adaptações corrigindo obstáculos para que receba com perfeição os deficientes físicos e promova a sua permanência no espaço escolar de acordo com o prazo estipulado pelo Decreto Federal 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e a não obediência poderá incorrer na perda da autorização para o funcionamento (SOUSA E TAVARES, 2016).

As autoridades preocupam-se com cumprir a lei e inserir os alunos deficientes nas escolas regulares sem, entretanto se preocuparem com a permanência e aprendizagem dos deficientes. De acordo com as entrevistadas e nossas observações ocorrem frustrações e casos do aluno concluir o ciclo de estudos sendo promovido sem os devidos conhecimentos emergindo para o ciclo subsequente onde é mais difícil a sua integração e desempenho no processo.

e) perguntou-se o que você sugeriria aos dirigentes sobre possíveis ações para melhorar o processo de inclusão e aprendizagem de alunos deficientes?

A professora P1 respondeu que é necessário uma modificação no sistema, que envolva todos profissionais no planejamento municipal, acompanhamento especializado e formação continuada seguida de avaliação preliminar da criança para verificar se tem condições de ser inserida na turma regular direcionando-o para a sala adaptada para cada situação. Afirma ainda a necessidade de avaliações periódicas para verificar o desempenho do aluno e da equipe de professores.

Professora P2 falta uma estrutura física adequada pra receber meninos deficientes, uma sala especial com pessoas especializadas para minimizar o stress do aluno da sala normal, nós professores queremos o êxito, porém não recebemos treinamento adequado restando este faz de contas.

A professora P3 disse: “Eu acho que o sistema deveria oferecer tempo e espaço para que os professores coordenadores e especialistas pudessem conversar e tirar duvida e orientar sobre a integração do aluno com deficiência”.

A inclusão do aluno deficiente na escola regular foi pensada para que as diferenças fossem trabalhadas e aceitas entre os alunos e por toda a comunidade escolar de forma que todos sejam sensibilizados para aceitar e trabalhar conjuntamente as diferenças e dificuldades utilizando o mesmo espaço, o mesmo currículo, o mesmo planejamento e as mesmas práticas pedagógicas para alcançar as potencialidades de cada aluno deficiente ou não (SANTOS, 2021).

Cast, (2013) cita que no contexto da educação inclusiva existe a proposta do Universal Design for Learning (UDL) - Design Universal para Aprendizagem com a proposta de um

currículo flexível para uma prática pedagógica disponibilizando conteúdos em formato diferenciado e múltiplas estratégias de ensino durante o planejamento oferta e avaliação de uma disciplina ou curso onde todos os alunos possam ter acesso a uma variedade de soluções possíveis para o processo de aprendizagem esta proposta surge como possibilidade para a formação dos professores especialmente para quando o aluno é incluído.

f) A grande diversidade de deficiências traz muitos desafios para a escola e para os professores. Muitos argumentam que não estão preparados e que as escolas não têm condições para promover a inclusão dos alunos. Qual é a sua opinião sobre isso?

P1 respondeu:

O modelo de escola que nós temos não atende à demanda social que ocorre nas famílias que atendemos, a escola está desestruturada não somente para atender aos deficientes, mas para todos os alunos e quando inclui a criança com deficiência a situação se agrava porque é um desafio ainda maior, a formação continuada não é simplesmente ir para um encontro com alguém que nunca presenciou a vida do professor, a realidade em sala de aula, e põe-se a dizer como é como não é eu acho que devemos ter a formação adequada levando em consideração a prática do dia a dia do professor, mais isto eu acho que esta longe de acontecer.

P2. “O município no passado oferecia treinamento aos professores contribuindo para que soubéssemos melhor lidar com alguns alunos, hoje tem deficiências que não sabemos lidar e o treinamento não acontece, além disso, o espaço físico deveria ser preparado melhor”.

P3 respondeu:

Ô não sei se está bem dentro do eu vou dizer, nem sempre educadores e funcionários possuem experiência com alunos que demandam atenção específica por isso eu acho importante que haja troca constante de experiência, a parceria entre os professores de educação comum, com os da educação especial, deve ser constante para favorecer a aprendizagem e a participação desse aluno no contexto escolar, deveríamos todo mês ter um encontro de formação o que não acontece. Tem menino que é difícil da gente lidar tem dia que chega diferente não quer falar, outro dia chega todo alegre todo sorridente.

Segundo Silva (2009, p.32), o processo de integração do aluno às unidades escolares tem como objetivo inserir o aluno com deficiência na escola regular observa-se que a escola permanece organizada da mesma forma e assim, o aluno inserido é que deverá adaptar-se a ela. O sistema de ensino inclusivo por sua vez preconiza que é a escola que se reorganiza para atender a especificidade de cada aluno. Sendo assim, o foco da integração é o aluno com deficiência e o foco da inclusão é o sistema de ensino que tem que oferecer a todos, um ensino

de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva tem sido alvo de muitos estudos na última década e os resultados obtidos conduzem a percepção do distanciamento entre as políticas públicas e as práticas do processo inclusivo dos deficientes. Ao trabalhar com educação de inclusiva constatamos que as políticas públicas são abundantes na esfera federal, insipiente na esfera estadual, sobretudo no estado da Bahia e presentes no município de Itaberaba.

Ferreira (2005) trás a discussão de que de acordo com as políticas públicas, a educação no Brasil já é um direito de todos desde a implantação do regime republicano em 1889, entretanto as propostas e práticas educativas no país são muito contraditórias no que diz respeito a inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais nos espaços das escolas públicas brasileiras tanto em nome da integração quanto em nome da inclusão.

A escola estudada traz uma proposta pedagógica que visa promover um trabalho baseado na afetividade e interatividade. Sinalizando para uma gestão democrática onde são firmadas parcerias e se constrói uma equipe com desejo de transformar realidades. O funcionamento é baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Propõe ofertar as condições de trabalho necessárias para o atendimento das demandas especificadas, uma vez que contempla turmas de Educação Infantil, atendendo a uma faixa etária de 04 a 05 anos até alunos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série e a presença de alunos deficientes.

A chegada dos alunos deficientes, entretanto lançou um grande desafio, as dificuldades que aparentemente estavam previstas, se revelam e ganham corpo no cenário que se inicia.

A demora da formação continuada dos professores, treinamento de diretores coordenadores e servidores técnicos administrativos acarretam uma série de dificuldades na execução das ações afirmativas e da integração. Os alunos foram inseridos na comunidade escolar tendo dificuldades de se adaptarem a este novo contexto. Faltava acessibilidade educacional, metodológica e institucional. De acordo com as políticas públicas em vigor, todas estas acessibilidades deveriam existir tanto na comunidade (porque a inclusão é ampla e para todos) quanto na unidade escolar principalmente a acessibilidade humana na forma do

olhar, no jeito de pensar e interagir com os deficientes, não permitindo as ações discriminatórias e preconceituosas. Esta sensibilização e ação tem que ocorrer no ambiente escolar e ser propagada para a sociedade o que pode favorecer na melhoria do comportamento da sociedade como um todo.

Rosa (2007) afirma que a proposta de educação inclusiva surgiu com o intuito de dar aos alunos deficientes a mesma oportunidade que é dada a qualquer outro aluno considerado como “normal”, favorecendo assim, a igualdade de direitos, reduzindo a exclusão social e viabilizando a construção da cidadania. Já Santiago (2011) afirma que a dificuldade de se estabelecer a eficácia da Educação Inclusiva ocorre em virtude do despreparo da comunidade escolar em acolher e educar nas diferenças, de qualquer natureza.

São muitas as dificuldades enfrentadas pelos professores regentes quando na lida com os alunos deficientes. O difícil relacionamento ocorre desde a insuficiência no repassar os conteúdos para deficientes, nos procedimentos utilizados nas aulas e nos processos de avaliação que são os mesmos para os normais e os deficientes não acompanhando, portanto a proposta curricular adotada pelo colégio. Estas constatações foram ressaltadas pelos próprios professores que questionaram das necessidades de melhores treinamentos tanto no domínio das deficiências quanto das adaptações curriculares para lidar com uma classe de inclusão no processo regular de ensino.

Estas dificuldades foram observadas por Castro (1997), ao concluir em suas pesquisas que entre as principais dificuldades encontradas para a implantação e manutenção do processo de inclusão de deficientes em escolas públicas de Natal, Rio Grande do Norte, são as mesmas existentes em qualquer escola pública brasileira, a saber: formação insuficiente dos professores, baixos salários, falta de apoio pedagógico, infraestrutura e condições de trabalho precárias ressaltando ainda a necessidade de os professores serem orientados a partir de fundamentos teórico-práticos, para que possam modificar práticas e métodos de ensino, com o objetivo de propiciar um ensino de qualidade para todos.

Pelo observado, a escola estudada não é adaptada para o processo de educação e permanência dos alunos deficientes, observa-se um processo onde são muitas as dificuldades, porém, os esforços dedicados ao processo de inclusão dos mesmos disponibilizando ações políticas e acadêmicas adaptadas para cada situação problema, sinalizam para um processo futuro mais efetivo. Em Itaberaba, a educação inclusiva ainda está longe de atingir a plenitude, mas percebe-se um caminhar em direção aos objetivos desejados.

## BIBLIOGRAFIA

ADAMS, F. W. (2020) *Abordagem Histórico-Cultural: um olhar para a formação de professores e a educação especial* (1 ed). Curitiba: Editora Appris.

AFONSO, N. *Investigação Naturalista em Educação. Um guia prático e crítico*. Porto: Edições Asa, (2005).

ALMEIDA, L.; FREIRE, T. *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. 5.ed. Braga: Psiquilíbrios, 2010

BRASIL, Constituição. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, n. 163, 2009.

\_\_\_\_\_. 2015. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 10 de ago. 2021.

\_\_\_\_\_, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_.Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p.

CAST. (2013). "Center for Applied Special Technology". <http://www.cast.org/udl/index.html>, março.

CASTRO, M., *Inclusão escolar: das intenções à prática. Um estudo da implantação da proposta de ensino especial na rede municipal de Natal, RN. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas 1997.*

DA SILVA GOMES, Eva Pauliana; DO PRADO, Edna Cristina. *Educação especial e inclusão: o que dizem os professores nos primeiros anos de carreira docente na rede pública municipal de ensino em Maceió-AL?*. **Cadernos de Pós-graduação**, v. 20, n. 1, p. 128-144, 2021.

FERREIRA, W. B. *Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?* Revista da Educação Especial, 2005, p. 40-46.

FERREIRA NUNES, E.; APARECIDA FURLAN, A. *A Importância da Comunicação no Espaço Educacional para a Construção da Identidade Social das Pessoas com Deficiência*. **Revista Pluri Discente**, v. 1, n. 3, 16 ago. 2021.

FERREIRA, W. B. *Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?* Revista da Educação Especial, 2005, p. 40-46.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª- ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IMBERNÓN, F. **La Formación y el Desarrollo Profesional del Profesorado**: hacia una nueva cultura profesional. Barcelona: Graó, 1998.

GOES, M. C. R. e LAPLANE, A. F. (orgs.)—Políticas e práticas da Educação Inclusiva—3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MARCELO, C.. **Formação de Professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto, 1999.

OLIVA, D. V. Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 492-502, Dez. 2016. Disponível em: . Acesso em: 21 Set 2021.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

ROSA, M. P. Dos direitos humanos à teoria geral contemporânea dos direitos fundamentais: uma questão de cidadania. In: GORCZEWSKI, C. (ORG.). *Direitos Humanos, Educação e Cidadania*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SANTIAGO, A. N., **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**: a inclusão do aluno surdo no ensino regular da rede municipal de ensino de Itaberaba Bahia, (2019)

SANTIAGO, A. N. *Pobreza, Exclusão Social e Educação Inclusiva: A Inclusão do Aluno Surdo no Ensino Regular na Perspectiva da Educação Inclusiva da Rede Municipal de Ensino do Município de Itaberaba Bahia*, Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Del Mar. Viña del Mar-Chile, 2011, 277.

SANTOS, Glenda Airan Bispo dos. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**: contribuições para o desenvolvimento de metodologias dentro de um planejamento individual. 2021.

SANTOS W. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2016; 21(10): 3007-3015.

SILVA, A. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/documento/?code=vtls000276979>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

SOUSA, E. M.; TAVARES H. M. *Acessibilidade da criança com deficiência física na escola*. S/D. Acessado em: . Acesso em: 30 ago. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 2006.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman. 2015.